

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS  
CÂMPUS PALMAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

**MAARE PEREIRA DA SILVA SOUSA**

**PRONATEC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA INSERÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO  
DE TRABALHO**

PALMAS-TO  
2020

**MAARE PEREIRA DA SILVA SOUSA**

**PRONATEC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA INSERÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Palmas, com exigência à obtenção do grau em Tecnologia em Gestão Pública.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Ma. Gislene Magali da Silva

**Coorientadora:** Prof.<sup>a</sup> Ma. Daniella Cardoso Sardinha

Sousa, Maare Pereira da Silva  
Pronatec e sua contribuição para inserção do egresso no  
mercado de trabalho / Maare Pereira da Silva Sousa. – Palmas, TO,  
2020. 48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) –  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus  
Palmas, Palmas, TO, 2020.

Orientadora: Ma. Gislene Magali da Silva

1. Qualificação Profissional. 2. Mercado de Trabalho. 3. Pronatec. 4. Políticas  
Públicas.  
I. Título.

**MAARE PEREIRA DA SILVA SOUSA**

**PRONATEC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA INSERÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Palmas, com exigência à obtenção do grau em Tecnologia em Gestão Pública.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA AVALIADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Gislene Magali da Silva  
IFTO – Campus Palmas

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Daniella Cardoso Sardinha  
IFTO – Campus Palmas

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Karini Dias F. Amorim  
IFTO – Campus Palmas

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Dias P. do Amaral  
Unitins - Palmas

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata primeiramente a Deus pela força e sabedoria que me concedeu, reconheço sua graça e infinita bondade para realização deste sonho.

Sou Grata aos meus pais, pessoas essenciais para realização deste sonho, minha gratidão é infinita a vocês. Acreditaram em mim, me incentivaram, me apoiaram, e me mostraram que nada é impossível quando temos fé em Deus. Amo vocês!

Ao meu esposo, uma pessoa importante na minha vida. Sempre esteve disposto a me ajudar. Muito grata!

Aos meus irmãos (as), que também acompanharam minha trajetória e me incentivaram, todos vocês fazem parte desta conquista.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Gislene Magali da Silva, exemplo de mulher. Agradeço pela paciência, compreensão e ajuda para realização deste trabalho.

Grata, às professoras Paula Karini Dias F. Amorin, Daniella Cardoso Sardinha e Leila Dias P. do Amaral que participaram no desenvolvimento deste trabalho, excelentes como pessoa e profissional.

## RESUMO

O presente estudo tem como tema o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e sua contribuição para inserção do egresso no mercado de trabalho, por meio de um estudo de caso com os egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), localizada no município de Palmas-TO. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado por meio da Lei 12.513 de outubro de 2011, visando ampliar, incrementar, expandir e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e técnica. O objetivo geral deste trabalho é analisar a contribuição do Pronatec na vida e para inserção do egresso no mercado de trabalho. Para fundamentar esse trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos, documental e como instrumento de pesquisa a entrevista. Nesse estudo, é apresentada a contextualização da qualificação profissional no Brasil, como também sobre o Programa. A partir disso, constatou a importância da implementação de políticas públicas voltadas a Educação Profissional, permitindo com que jovens adultos e trabalhadores sejam beneficiados com os cursos de Formação Profissional e técnica gratuitos, tendo a oportunidade de se qualificarem e de inserirem no mercado de trabalho. O Programa como política pública vale ressaltar que há carência de informações dos impactos a partir do olhar do público alvo, desde ingresso até sua inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a identificação dos resultados através do Programa mostrou-se que os egressos buscaram nos cursos a chance de qualificar profissionalmente, aumentar a renda familiar e inserção no mercado de trabalho. A contribuição do Programa permitiu mostrar que teve egresso que conseguiu espaço no mercado de trabalho, aumento na renda familiar e inserção no mercado informal e por fim os egressos levaram em consideração o preparo.

**Palavras-chave:** Qualificação Profissional. Mercado de Trabalho. Pronatec. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The present study has as its theme the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) and its contribution to the insertion of graduates in the labor market, through a case study with the graduates of the Initial and Continuing Education courses (FIC ) offered by the State Department of Education and Culture (SEDUC), located in the city of Palmas-TO. The National Program for Access to Technical Education and Employment, was created through Law 12,513 of October 2011, aiming to expand, increase, expand and democratize the offer of professional and technical education courses. The general objective of this work is to analyze in which aspects Pronatec contributes in life and for the insertion of the graduate in the job market. To support this work, bibliographical and documentary surveys were carried out and the interview was used as a research tool. This study presents a contextualization of professional qualification in Brazil, as well as the Program. Based on that, he noted the importance of implementing public policies aimed at Professional Education, allowing young adults and workers to benefit from free professional and technical training courses, having the opportunity to qualify and enter the labor market. The Program as a public policy is worth mentioning that there is a lack of information on the impacts from the point of view of the target audience, from the moment of entry to their insertion in the labor market. In this sense, the identification of the results through the Program showed that the graduates sought in the courses the chance to qualify professionally, increase family income and enter the job market. The Program's contribution made it possible to show that there were graduates who found space in the labor market, an increase in family income and insertion in the informal market, and finally the graduates took into account their preparation.

Keywords: Professional Qualification. Labor market. Pronatec. Public policy.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CF – Constituição Federal

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

FIC - Formação Inicial e Continuada

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego

SEDUC - Secretaria de Educação e Desenvolvimento do Tocantins

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC - Sistema de Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAR – Sistema Nacional de Aprendizagem Rural



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores envolvidos na implantação do Pronatec .....	24
Quadro 2 – Cursos, nº. de vagas, concluintes e entrevistados.....	30
Quadro 3 - Pontos fracos e fortes do curso na percepção do egresso.....	34

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária.....	33
Gráfico 2 – Sexo.....	34
Gráfico 3 - Estado Civil.....	35
Gráfico 4 – Escolaridade.....	35
Gráfico 5 – Etnia.....	36
Gráfico 6 - Avaliação dos cursos Pronatec.....	37
Gráfico 7 - Contribuição do Programa.....	39

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
<b>2.1 Definindo Políticas Públicas</b> .....	<b>16</b>
<b>2.2 Percurso da Educação Profissional no Brasil</b> .....	<b>16</b>
<b>3 PROGRAMA DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)</b> <b>20</b>	
<b>3.1 Objetivos do Pronatec</b> .....	<b>20</b>
3.2.1 Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Técnico .....	21
3.2.2 O Acordo de Gratuidade .....	22
3.2.3 O Programa Brasil Profissionalizado .....	22
3.2.5 Bolsa Formação .....	23
3.2.6 Mediotec .....	24
3.2.7 Pronatec Oferta Voluntária.....	25
3.2.8 Atores envolvidos na implantação do Pronatec.....	26
<b>4 Pronatec em Palmas – TO</b> .....	<b>28</b>
<b>5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS</b> .....	<b>30</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS</b> .....	<b>32</b>
<b>6.1 O perfil dos jovens egressos dos cursos do PRONATEC</b> .....	<b>33</b>
<b>6.2 A avaliação dos egressos em relação aos cursos ofertados pelo PRONATEC</b> .....	<b>36</b>
<b>6.3 A contribuição do PRONATEC na vida e inserção dos egressos no mercado de trabalho</b> .....	<b>38</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>43</b>
<b>8 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>45</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>47</b>
<b>Apêndice A – Instrumento de coleta de dados</b> .....	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos à distância; a expansão das redes federal e estaduais de EPT; a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas; a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de emprego e renda e; a difusão de recursos pedagógicos para a EPT (MEC, 2011).

Ao ser criado o Pronatec, já existiam quatro ações pré-existentes na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), o Programa Brasil Profissionalizado; a Rede e-Tec Brasil; Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem. Recentemente duas novas iniciativas foram articuladas ao Pronatec, o Mediotec e o Pronatec Oferta Voluntária (MEC,2011)

O Programa atende prioritariamente os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e; os estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública.

Para execução do Programa o governo federal contou com a parceria das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais; as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e; as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológicas devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, no âmbito da iniciativa Bolsa-Formação (PRONATEC, 2011).

Pode-se observar que a proposta do Programa principal do Programa é de ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, com o suprimento da mão de obra qualificada.

Segundo Cassiano e Garcia (2014, p.34), este Programa busca integrar a

qualificação profissional de trabalhadores com elevação de sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania. Trata-se de plano estratégico para o desenvolvimento educacional no Brasil, a implementação de programas que visam atender a variados públicos-alvo, sendo eles trabalhadores, jovens e adultos que buscam o preparo e formação profissional e a oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Diante do contexto, como o de incluir, preparar e de oportunizar a geração de emprego e renda, na cidade de Palmas – TO, instituições de ensino da rede pública e privada do município uniu-se ao Governo Federal para ofertar cursos de qualificação profissional e técnico, por meio da política intitulada Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Desde sua criação, o Governo Federal tem buscado articular junto a outras políticas de qualificação profissional, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem urbano) e o Programa Brasil Profissionalizado. Porém, há uma carência de informações sobre a contribuição do Programa a partir do olhar do público alvo, desde o ingresso até sua inserção no mercado de trabalho.

Com isso, a pesquisa teve como problemática: Qual a contribuição do Pronatec para a vida e na inserção dos egressos no mercado de trabalho?

Levando em consideração a importância das políticas públicas voltadas à educação profissional, tendo em vista o suprimento da mão de obra qualificada e geração de oportunidades para o emprego e renda, uma vez que para acompanhar as transformações em torno da globalização prescinde o preparo e investimentos em pessoas, o objetivo geral deste trabalho busca: analisar a contribuição do Pronatec na vida e inserção no mercado de trabalho dos egressos.

Para tanto, os foram delineados os seguintes objetivos específicos: Identificar o perfil dos egressos do Programa; Mostrar a avaliação dos egressos com relação aos cursos ofertados; Buscar a contribuição do programa na inserção no mercado de trabalho e na vida dos egressos; Mostrar a visão do coordenador (a) a importância da implementação das políticas voltadas ao ensino técnico e profissionalizante.

Parte-se da hipótese de que o Programa promova o acesso ao ensino, e consequentemente, inserção no mercado de trabalho e geração de renda. As

expectativas geradas em torno do Programa partiram do pressuposto de que realizando os cursos, poderiam ter acesso tanto ao ensino quanto ao emprego, trazendo a população mais desprovida à alternativa de formação e preparo profissional.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida em abordagem qualitativa, com objetivo descritivo e exploratório e procedimentos bibliográfico e documental, e como instrumento a entrevista.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Definindo Políticas Públicas**

Para atingir promover o bem-estar da sociedade em diversas áreas, os governos se utilizam das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma: “Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade”. Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Teixeira (2012) define Políticas públicas como formas de exercício e poder público, e no seu processo de elaboração, implantação e resultado é que se organizam, e onde se distribuem o poder para o processo de decisão e resultar em benefícios sociais para toda uma população.

### **2.2 Percurso da Educação Profissional no Brasil**

Para se falar em formação para o trabalho, atualmente conhecida como educação profissional, faz-se necessário uma abordagem de seu contexto histórico.

A educação profissional é concebida pela atual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com o objetivo de conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões na vida produtiva” (BRASIL, 2018)”.

Pardal, Ventura e Dias (2005, p.34) destacam que:

Mas nem sempre foi assim. No Brasil, a formação em educação profissional (ou educação para o trabalho), tradicionalmente, não tem sido colocada na pauta da sociedade brasileira como parte da educação universal. “Até meados da década de 1980 ela ainda era associada ao conceito de formação de “mão de obra”, reproduzindo um dualismo presente na sociedade brasileira entre ‘ elites’ e a maioria da população.

Esse dualismo é fruto de nossa herança colonial e escravista, que influenciou negativamente, de forma preconceituosa, as relações sociais as chamadas “elites condutoras” e os operários, especialmente aqueles que executam trabalhos manuais”. Essa visão da sociedade influenciou decisivamente a visão de educação técnica e profissional.

Não é possível esquecer que a escravidão, no Brasil, perdurou por mais de três séculos. Durante esse período, independentemente da boa qualidade do

produto ou do serviço na cadeia produtiva os trabalhadores que executavam os serviços e respondiam pela qualidade do produto sempre foram relegados a uma condição social inferior. Eram escravos, não eram cidadãos. Para eles não se reconhecia o direito à educação escolar acadêmica, pois era vista como desnecessária para a formação de “mão de obra” (PARDAL, 2005, p. 44)”.

Diante do contexto, essa desvinculação entre educação escolar e formação profissional perdurou até meados do século passado, pois as atividades econômicas predominantes na sociedade brasileira não exigiam educação básica regular, mesmo para a educação profissional formal. A formação profissional no Brasil, sempre foi reservada, desde suas origens, às classes menos favorecidas, àqueles que necessitavam se engajar de imediato na força de trabalho e que não tinham acesso à escolarização básica regular.

Além disso, segundo Fonseca (1961, p.68), a formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde tempos remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente elementos das mais baixas categorias sociais”.

No Brasil, desde primórdios a formação profissional assumiu um caráter eminentemente assistencialista, que tem marcado profundamente toda sua história. Ainda na época do Império brasileiro, em meados da década de 1840, foram construídas 10 casas de educando e artífices em dez capitais de províncias. De acordo com autor essas casas tinham como objetivo diminuir a criminalidade e os vandalismos. Na mesma linha, logo na década seguinte, o mesmo governo Imperial criou estabelecimentos especiais para abrigar menores sem casas e órfãos, onde esses menores aprendiam as primeiras letras e, a seguir, eram encaminhados ao trabalho em oficinas públicas e privadas, mediante contratos de trabalho fiscalizados pelo Juizado de Órfãos (DIAS, 2005).

Já no início do século XX, o ensino profissional continuou, basicamente, o mesmo traço assistencialista herdado no período Imperial, isto é, de um ensino profissional voltado para os menos favorecidos socialmente. Entretanto, a essa orientação assistencialista focada no atendimento a menores abandonados, foi sendo agregada outra orientação, considerada cada vez mais relevante, que é a de preparar operários para o trabalho.

Uma mudança significativa ocorreu em 1906. Neste ano, o ensino profissional



passou a ser atribuição não mais dos órgãos de assistência social e de proteção aos órfãos e menores, mas sim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolidou-se, então, uma concepção de formação profissional orientada para o desenvolvimento dos chamados “setores produtivos” e, com isso, consolidou-se uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino comercial, industrial e agrícola.

De acordo com Pardal (2005, p. 45), foi incentivada a criação de escolas comerciais, públicas e privadas, como a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo, e outras tantas públicas, em estados como Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco e Minas Gerais.

Ainda segundo o autor foram criados também, Liceus de Artes e Ofícios para atendimento prioritário ao ensino industrial e, ainda, escolas agrícolas, destinadas à formação de chefes de cultura, administradores e capatazes.

Os ferroviários instalaram diversas escolas de oficinas para a formação de profissionais que pretendessem trabalhar na malha ferroviária, as quais desempenharam papel da maior relevância na história da educação profissional brasileira, tornando-se os embriões da organização do ensino profissional no início do século XX.

Em 1909, Nilo Peçanha, então presidente da República, instalou dezenove escolas de aprendizes e artífices, em várias regiões do País. Essas escolas, voltadas mais para área industrial, de forma similar aos Liceus de Artes e ofícios, tornaram-se o primeiro passo efetivo para a implantação de uma rede federal de educação profissional no Brasil (PARDAL, 2005, p. 45). Para complementação dos dados, Kuenzer (2009):

Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de: educar, pelo trabalho, órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva da formação do caráter pelo trabalho. (KUENZE, 2009, p.27).

No ano de 1942, a reforma Capanema faz o ajuste entre as propostas pedagógicas então existentes para formação de intelectuais e trabalhadores e as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho. Para as elites, são criados os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com três anos de duração, sempre destinados a preparar os estudantes para o ensino superior (MANFREDI, 2002).

Através das Leis Orgânicas, a formação profissional destinada aos

trabalhadores instrumentais passa também a contar com alternativas em nível médio de 2º ciclo: o agrotécnico, o comercial técnico, o industrial e o normal, que não davam acesso ao ensino superior.

Em 1961, essa realidade sofre uma significativa alteração, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/1961), a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do crescimento dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só os de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista educativo. Pela primeira vez, a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes nos estudos. (KUENZER, 2009, p.29).

Assim, chega-se aos anos 70, sob o governo do regime militar foi instaurado também uma mudança na ordem na educação básica brasileira, pois, ocorreu a promulgação da Lei 5.692/91, Lei da Reforma do Ensino médio, que de 2º grau passassem a ter caráter profissionalizante.

Nesse mesmo ano, houve uma crescente aceleração da economia brasileira, causando uma grande procura pelo ensino técnico e profissionalizante, e no ano de 1978, começaram a surgir os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), centralizados nas Escolas Técnicas de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos. (BRASIL, 2018).

Nesse espaço cronológico, no ano de 2004 por meio do decreto 5.154/05, foi reintegrado, mais uma vez, o ensino técnico ao médio e, em 2005, o Decreto 5.458/05 criou o programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Seguindo o percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, em Dezembro de 2008, o presidente eleito da época, sancionou a Lei nº 11.892/08, para criação de 30 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano, com objetivo de se comprometer com a sociedade para fundar a igualdade, inclusão social, geração de emprego e qualificação profissional. (BRASIL, 2015)

É por esta razão e nessas perspectivas, além de outras, que surge o

Pronatec.

### **3 PROGRAMA DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O Programa busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Os cursos ofertados são financiados pelo Governo Federal, ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Atuando também como ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. E no ano de 2013, às instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

De acordo com o Ministério da Educação, entre os anos de 2011 a 2015, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada. (MEC, 2015)

#### **3.1 Objetivos do Pronatec**

Dentre os objetivos do Pronatec estão:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (incluído pela Lei nº. 12.816, de 2013). (BRASIL, Lei nº 12.513/2011, 2011)

Como forma de cumprir seus objetivos, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), é constituído por cinco iniciativas, a Expansão da Rede Federal; Programa Brasil Profissionalizado; Rede eTec Brasil; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e Bolsa-Formação, que em conjunto buscam incrementar a capacidade instalada de instrumentos voltados para o ensino técnico e profissional no médio e longo prazo, bem como ampliar o acesso imediato aos cursos. Ações já pré-existentes na Secretaria Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

### **3.2.1 Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Técnico**

Consoante a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, alterada pela Lei 12.677, 25 de julho de 2012, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é constituída pelas seguintes instituições:

- I - 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);
- III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG);
- IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e
- V - Colégio Pedro II (BRASIL,2011).

Em 2002 a Rede Federal, sofreu grande ampliação. Se por um lado, um dos objetivos dessa expansão era a ampliação, interiorização e consolidação dos institutos e universidades Federais, por outro, buscou-se promover a profissionalização da mão-de-obra, com estímulo de permanência de profissionais no interior do país, a fim de fomentar o desenvolvimento socioeconômico regional.

Até 2002, a Rede Federal contava com 140 unidades de escolas técnicas. Entre 2003 e 2010, 214 novas unidades foram entregues à população, e, já na vigência do Pronatec, entre 2011 a 2014, foram mais 208 novas escolas que entraram em funcionamento, totalizando 562 escolas/*campis* em atividade. A Rede Federal está presente em 512 municípios de todos os estados (PORTAL DO MEC, 2018).

Cabe ressaltar que na Rede Federal de Educação entre os anos de 2011 a 2014 foram realizadas 646.731 matrículas, correspondentes ao Pronatec, distribuídas da seguinte forma: 16% em cursos FIC e 84% em cursos técnicos. Do total das matrículas, 48% foram realizadas nas regiões Norte e Nordeste, 43% no Sul e Sudeste e 9% no Centro-Oeste (PORTAL DO MEC, 2018).

### **3.2.2 O Acordo de Gratuidade**

O Acordo de Gratuidade com o Sistema S é uma das iniciativas incorporadas ao Pronatec e consiste em compromisso firmado entre o MEC, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Fazenda, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e entidades integrantes do Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac e Serviço Social do Comércio - SESC (Brasil, 2014).

O compromisso foi firmado em 2008 com o objetivo ampliar progressivamente a aplicação dos recursos do SENAI, SENAC, SESC e SESI, recebidos da contribuição compulsória definida em lei, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores (PRONATEC, 2011).

Cabe ressaltar a quantidade de matrículas realizadas no Sistema S por meio do Programa no período de 2011 a 2015. O total de matrículas no Pronatec, de 2011 a 2015, foi de 8.119.167 matrículas. Destas, 2.594.894 são provenientes do Acordo de Gratuidade, o que representa aproximadamente 32% das matrículas do Programa. As matrículas da gratuidade em cursos FIC representaram 90,95% (2.360.137 matrículas) do total, enquanto as matrículas nos cursos técnicos representaram 9,05% (234.757 matrículas). Das 226.486 matrículas do Pronatec em 2015, não houve cômputo matrículas relativas ao Acordo de Gratuidade.

### **3.2.3 O Programa Brasil Profissionalizado**

O Brasil profissionalizado, foi instituído por meio do Decreto 6.302/2007, integra o PDE da mesma forma que outras iniciativas voltadas à educação profissional e vem financiar a ampliação e equipamentos das redes estaduais de ensino médio adequando mais escolas estaduais para ampliar a oferta de ensino integrado ao ensino médio. O Programa visa repassar recursos para os Estados a fim de incentivá-los a retomar o oferecimento da educação profissional gratuita de nível médio na rede de educação pública estadual (WITTACZIK, 2008; CIAVATTA, 2002).

O Brasil Profissionalizado é anterior ao Pronatec sendo a ele incorporado quando de sua criação, a qual se deu por meio da Lei 12.513/2011 (BRASIL, 2011).

### **3.2.4 A Rede e-Tec Brasil**

A Rede e-Tec Brasil foi instituída pelo Decreto 7.589/2011, em substituição ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), instituído pelo Decreto 6.031/2007. A iniciativa foi incorporada ao Pronatec quando da criação, por meio da Lei 12.513/2011.

De acordo com o art. 1º do Decreto 7.589/2011, a Rede e-Tec Brasil foi instituída com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

Os objetivos da iniciativa estão descritos no art. 3º, incisos I a VII, dentre os quais destacamos:

I-estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional; II-expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas; e, III-permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos (MEC,2018).

De forma geral o programa visa à oferta de educação profissional e tecnológica e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos de nível médio e de formação inicial continuada ou de qualificação profissional, públicos e gratuitos, à distância (MEC, 2015).

### **3.2.5 Bolsa Formação**

A Bolsa-Formação é a principal ação do objetivo estratégico da SETEC que consiste na expansão a oferta de vagas em cursos de educação profissional e tecnológica, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores.

Regulamentada principalmente pela Portaria MEC 168/2013, a Bolsa-Formação visa possibilitar a ampliação do acesso gratuito à educação profissional e tecnológica (ETP) em instituições públicas e privadas, utilizando a capacidade ociosa das estruturas já existentes nessas redes, a partir da oferta de vagas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC), cursos de curta duração que capacitam, aperfeiçoam e atualizam o aluno para exercer

determinado ofício, e em cursos técnicos de nível médio, todos obrigatoriamente na modalidade presencial, de modo a contribuir para formação de mão-de-obra qualificada.

De acordo com o art. 3º da Portaria MEC 168/2013, são públicos prioritários, porém não exclusivos da Bolsa-Formação:

- estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
- beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda entre outros que atenderem a critérios especificados no âmbito do Plano Brasil sem Miséria;
- pessoas com deficiência;
- povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais;
- adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas;
- públicos prioritários dos programas do governo federal que se associem à Bolsa-Formação; e
- estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.( MEC,2015).

Conforme a Portaria nº. 817/2015 artigo 2º são objetivos da Bolsa Formação:

- I - potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica;
- II - formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;
- III - ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- IV - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- V - incentivar a elevação de escolaridade;
- VI - integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- VII - democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica;
- VIII - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho emprego e renda. (BRASIL, 2016)

A proposta do Pronatec Bolsa Formação é atender a diferentes público, portanto possui duas modalidades: a bolsa formação estudante e bolsa formação trabalhador, ambas tem por finalidade custear todas as despesas relacionadas ao curso por estudante.

### 3.2.6 Mediotec

Como uma das iniciativas do Ministério da Educação (MEC) o Mediotec busca fortalecer e ampliar a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos concomitantes para alunos regularmente matriculados no ensino médio nas redes públicas de educação, por meio do custeio da Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Tem como objetivo é fortalecer e ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio articulada com as redes públicas de educação e com o setor produtivo, de modo que os alunos curssem o ensino técnico no contraturno do ensino regular.

Conta com a parceria das Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), além das instituições privadas de ensino técnico de nível médio.

Para definição das vagas é realizada a partir da metodologia adotada na Bolsa Formação com o mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda, inclusive considerando as prospecções de crescimento econômico e social das regiões do país, proporcionando maior sinergia entre esses cursos e as demandas.

### **3.2.7 Pronatec Oferta Voluntária**

O Pronatec oferta voluntária é uma iniciativa do Ministério da Educação em que instituições de ensino privada de educação profissional e tecnológica ofertam vagas para os seus cursos de forma voluntária, sem o recebimento de recursos por parte do MEC. Esse projeto tem o objetivo de ampliar ainda mais a oferta gratuita de formação profissional. Pode esta se candidato maiores de 15 (quinze) anos, de preferência aos que atendem os requisitos:

Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive EJA, ou da rede particular na condição de bolsista integral; trabalhadores, incluindo-se agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; mulheres responsáveis pela unidade familiar; pessoas com deficiência; povos indígenas; comunidades quilombolas; e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MEC, 2020).

É ofertado cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional e cursos técnicos na forma subsequente para quem já concluiu o ensino médio, na modalidade presencial e a distância. A oferta é feita por instituições privadas de EPT que se candidataram a ofertar os cursos de forma voluntária, ou seja, sem o recebimento de recursos por parte do MEC. São parceiros ofertantes do Pronatec Oferta Voluntária as instituições privadas de educação profissional e



tecnológica que assinaram o Acordo de Cooperação Técnica (hiperlink) com a Setec/MEC.

### 3.2.8 Atores envolvidos na implantação do Pronatec

O rol de atores envolvidos na sua implementação é bastante extenso. No quadro abaixo, encontra-se a relação dos principais atores envolvidos. Vale ressaltar que cada ator envolvido desenvolveu um papel importante na execução do Programa.

**Quadro 1 – Atores envolvidos na implantação do Pronatec.**

ATOR	PAPEL	INTERESSE
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- SETEC/MEC	Normatizar, planejar, coordenar, avaliar e desenvolver a implementação, execução e prestação de contas relacionadas ao Programa.	Garantir que os objetivos do Programa sejam atingidos.
FNDE/MEC	Repassar recursos e proceder à análise financeira das prestações de contas.	Garantir que os recursos sejam repassados regularmente e que as prestações de contas sejam adequadas e tempestivas.
Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional (constituído pelos ministérios signatários da lei que instituiu o Programa e pelo)	Promover a articulação e a avaliação dos programas voltados à formação e qualificação profissional no âmbito da administração pública federal, conforme Decreto 7.855/2012.	Garantir a condução integrada das ações de EPT, especialmente em relação aos cursos de qualificação demandados pelos ministérios e suas contrapartes estaduais executoras de programas e projetos da União, para viabilizar o alcance dos objetivos de programas federais prioritários.
Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional	O Fórum, por sua vez, visa subsidiar a atuação do Conselho Deliberativo no cumprimento de suas competências e estimular a instituição de fóruns estaduais e distrital de apoio à formação e qualificação profissional, conforme Portaria MEC 471/2013.	

MDS, MTE, MTUR, MDA, MD, MC, MDIC, MJ, MPS, MinC, MPA, MAPA, MMA, SEP, SDH/PR, Secretarias estaduais de educação e do DF	Articular e induzir oferta de Educação Profissional e Tecnológica (Demandantes), mediante elaboração de diagnóstico das necessidades de profissionais qualificados levando em consideração o público alvo, os cursos, a área geográfica e outros elementos delimitadores de seu segmento específico. Atuam nas modalidades de demanda: exclusiva, compartilhada e prioritária. Identificam as demandas, mobilizam os potenciais beneficiários, realizam o processo de seleção e de pré-matricula.	Inserir trabalhadores de sua clientela no Programa com vistas ao atendimento de demandas específicas de seu setor.
Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	Ofertante	Contribuir para que os objetivos do Programa sejam atingidos.
Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S)	Ofertante	Qualificar trabalhadores com vistas à alocação de mão de obra no mercado de trabalho.
Instituições privadas de ensino superior e de educação técnica de nível médio e Fundações Públicas	Ofertante	Obter recursos públicos na oferta de EPT.
Rede Estadual de Escolas Técnicas	Ofertante	Desenvolver as redes estaduais de EPT.  Qualificar trabalhadores com vistas à alocação de mão de obra no mercado de trabalho regional.
Beneficiários (alunos)	Realizar os cursos ofertados.	Qualificação profissional para inserção/reinserção no mercado de trabalho.

Fonte: Adaptada do Portal do MEC, 2018.

#### **4 Pronatec em Palmas – TO**

Palmas Tocantins, localizada do Estado do Tocantins, é considerada a capital estadual mais nova do Brasil. A população atual estima-se em 306.296 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). O que tem prevalecido como economia principal é o setor de serviços. Com vista a isto, e na melhoria da educação local, às instituições públicas e privadas do município uniu-se a política pública Pronatec, criado em 2011 pelo Governo Federal para fortalecer a educação e trabalho.

O Pronatec, inicialmente disponibilizou 1.801 vagas na Formação Inicial e continuada (FIC), para alunos que estavam cursando do 1 ao 3º ano do ensino médio regular e o EJA da rede estadual do Tocantins. A SEDUC em parceria com o Sistema S disponibilizaram 485 vagas em cursos profissionalizantes, cursos de operador de caixa, manicure e pedicure, vendedor, auxiliar administrativo, almoxarife, secretaria, recepcionista em meios de hospedagem e operador de computador. A Seduc, instituição de realização do estudo, foi criada em 1º de janeiro de 1989, por meio da Medida Provisória n.01, que dispõe sobre a organização básica do Poder Executivo no Sistema de Administração Pública do Estado do Tocantins. Publicada no Diário Oficial do Estado n. 001 de 1º de janeiro de 1989, capítulo II, seção III, Artigo 32, com o nome de Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC).

Em 4 de abril de 2002, por meio da lei 1.311, foi criada a Fundação Cultura no Estado, já o Esporte e o Turismo foram desvinculados da Secretaria de Educação, com a criação de Unidades Administrativas. Ficando nesta pasta apenas as competências pertinentes à Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC). Em 2008 foram redefinidas as competências da Seduc por meio do Decreto n. 3.460, publicado no Diário Oficial do Estado de 12 de agosto de 2008, n. 2.709, Artigo 4º, Seção XII.

E assim, outras Instituições de ensino foram vinculadas ao Programa como o Sistema S, Escolas estaduais, municipais e privadas.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, iniciou com a oferta de 233 vagas nos cursos de Depilador, pizzaiolo, auxiliar de cozinha, salgadeiro, confeitoiro e 75 vagas nos cursos de manicure e pedicure e 25 vagas nos cursos de modelista, todos ofertados em parceria com o Senac. Com o objetivo de ampliar as oportunidades de

inserção no mercado de trabalho.

A rede de ensino do Instituto Federal do Tocantins - IFTO, campus de Porto Nacional deu início as primeiras turmas, com a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), foram ofertadas 90 vagas, nos cursos de Auxiliar administrativo, recepcionista, operador de computador, com a carga horária de 160 a 200 horas. No mesmo ano de sua criação, em 2011, o campus Palmas iniciou-se com 120 vagas para cursos profissionalizante nas áreas de condutor ambiental local, desenhista de topografia, espanhol básico e piscicultor. Os demais Campus de Araguaína, Gurupi, e Paraíso do Tocantins, organizados por uma equipe selecionado para tal e juntamente como os coordenadores promoveram inicialmente a oferta de mais 600 vagas. Destas as primeiras vagas foram distribuídas em 23 cursos profissionalizantes e para capacitação de estudantes dos últimos anos do ensino médio das escolas públicas do estado do Tocantins. Contudo houve novas tratativas para que o Instituto pudesse ofertar novas vagas e pactuar mais cursos em todos os *Campus* do Tocantins (IFTO, 2011).

O Ministério da Educação (MEC), Sine e o Ministério do Trabalho (MTE) considerados como parceiro demandante do Pronatec , iniciou-se em 2014, com a oferta de qualificação profissional trabalhador, para dos beneficiários do seguro-desemprego, com o objetivo de oferecer Formação Profissional de forma gratuita aos trabalhadores que serão re-inseridos no mercado de trabalho.

Recentemente, o MEC lançou uma nova oportunidade na modalidade EAD para Formação Inicial e Continuada (FIC), por meio do Programa Novos Caminhos/Pronatec, na perspectiva de que mesmo na Pandemia continue fortalecendo o ensino profissional e a recuperação da economia local, causadas pelo cenário atual. A iniciativa, parceria do ministério com instituições, torna o acesso à aprendizagem mais democrático e é uma alternativa para o período de isolamento social. O programa Novos Caminhos traz novas oportunidades e cursos com foco nas demandas do mercado e nas profissões do futuro. O objetivo da iniciativa, lançada em outubro de 2019, é potencializar a educação profissional e tecnológica com incremento de 80% nas matrículas — subindo de 1,9 milhão para 3,4 milhões — até 2023 (MEC, 2020).

## 5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa. Quanto ao seu objetivo metodológico foi uma pesquisa descritiva e exploratória, pois buscou uma abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações que pode levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito.

A coleta de dados baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e como procedimento de pesquisa o estudo de caso, a bibliográfica foi investigado em sites, livros, manuais, artigos científicos sobre políticas públicas voltadas ao ensino profissionalizante no Brasil e sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

De acordo com Fonseca (2002 p. 32),

a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da web sites. Qualquer trabalho inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estuda sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com objetivo de recolher informações ou conhecimento prévios sobre o problema a respeito do qual procura a resposta.

Por sua vez, o estudo foi realizado na Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seduc) no Município de Palmas, TO. Instituição considerada como ofertante e demandante dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (Pronatec). Para realização do estudo foram escolhidos 4 cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pela Seduc, dentre os quais os cursos de Costura, Maquiador (a), Mecânico e Vigia, as turmas de concluintes mais recentes para pesquisa. Os cursos ofertados entre os anos de 2013 a 2015 os dados poderiam estarem desatualizados, e a turma mais recente para o estudo foram dos anos de 2017 e 2018.

Após o estudo inicial foi realizado uma pesquisa documental, que consistiu na busca pelos dados dos egressos através do acesso de arquivos e ficha de matrícula no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), que constavam o nome, endereço, perfil e contato telefônico do egresso. Após a obtenção dos dados houve o primeiro contato por via telefone com os egressos, informando que se tratava de uma pesquisa com os alunos que cursaram os Cursos FIC na Seduc, e a possibilidade de responder as questões conforme Apêndice A, a entrevista teve como participantes 29 egressos, de 70 matriculados e

49 concluintes. Teve alguns contatos sem sucesso, devido estarem desligados e outros trocaram de números ou não atenderam.

De acordo com Moreira (2005),

a pesquisa documental consiste em identificar, verificar, e apreciar documentos com uma finalidade específica, devendo extrair um reflexo objeto da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatores em determinados momentos (MOREIRA,2005).

Optou-se como instrumento de pesquisa a entrevista semi-estruturada com perguntas abertas, assim facilitando feedback de cada entrevistado de acordo com sua resposta, além de obter informações completas, que pode ser visto no Apêndice A.

De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta

Os dados foram coletados mediante a fala dos egressos dos cursos pesquisados, com a preservação dos dados e com base em um roteiro elaborado e em consonância com o referencial teórico. Outras interrogações que surgiram durante o processo de entrevista também foram utilizadas, de forma que os dados pudessem ser analisados a partir das categorias que emergiram.

A entrevista com a coordenadora dos cursos foi realizada presencialmente na própria Instituição, primeiramente foi informada que se tratava de uma pesquisa.

## 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para coleta dos dados, primeiramente foi disponibilizado o acesso ao arquivo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), sendo possível identificar o perfil e contato telefônico dos egressos.

Para melhor resultado, foram escolhidos os cursos que tiveram maior número de concluintes, sendo eles: o de Maquiador (a), Vigilante, Costura e Mecânico, todos ofertados na modalidade Bolsa Formação – Formação Inicial e Continuada (FIC) do Pronatec, ofertados entre os anos 2017 e 2018.

As quantidades de vagas ofertadas entre os cursos totalizaram em 70 vagas, 20 vagas para o curso de Maquiador (a), 15 vagas para o curso de Vigilante, 20 vagas para o curso de Costura e 15 Vagas para o curso de Mecânico.

No curso de maquiador (a) constatou-se 16 concluintes, no curso de Vigilante 11 concluintes e nos demais de Costura 13 concluintes e Mecânico 9 concluintes, totalizando em 49 concluintes. Dos 49 concluintes, 29 participaram da entrevista, 11 concluintes do curso de Maquiador(a), Vigilante 6, Costura 8 e Mecânico 4.

**Quadro 2 – Cursos, nº. de vagas, concluintes e entrevistados**

<b>Cursos</b>	<b>Nº. de Vagas</b>	<b>Nº. de Concluintes</b>	<b>Nº. de Entrevistados</b>
Maquiador	20	16	11
Vigilante	15	11	6
Costura	20	13	8
Mecânico	15	9	4

Fonte: Elaborado pela autora.

Através dos arquivos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), foi possível ter acesso aos dados do aluno egresso como nome, estado civil, escolaridade, endereço e o contato telefônico, assim já respondendo o primeiro objetivos específicos.

O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) é um sistema de registro dados do aluno, divulgação de dados e de validação de diplomas de cursos de nível médio da educação profissional e tecnológica (MEC, 2018).

Com os dados dos egressos iniciou – se a busca pelos resultados através do

contato telefônico, devido ao tempo muitos dos contatos na ficha de matrícula encontravam-se inexistentes, outros mudaram de número, não atendiam a chamada, assim dificultando a obtenção completa dos dados. Dos 49 contatos com os concluintes, 29 egressos atenderam.

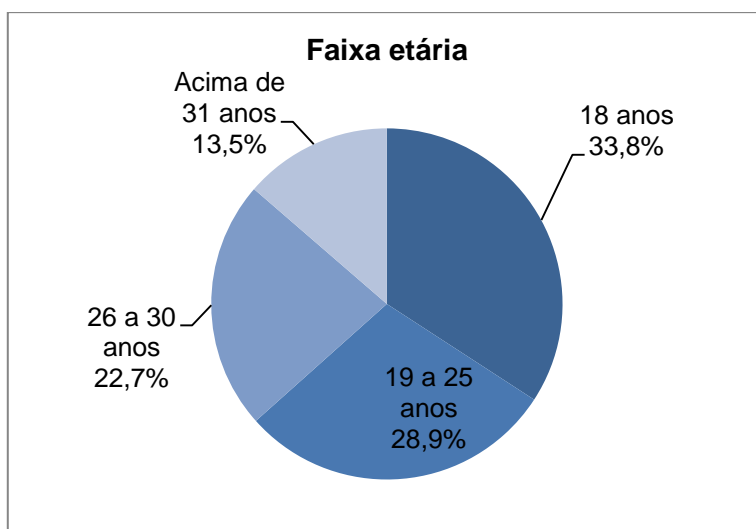
Durante o contato telefônico o egresso foi informado de que se tratava de uma pesquisa com a alunos egressos dos cursos Pronatec na modalidade Bolsa Formação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados pela Secretaria da Educação do Tocantins em Palmas – TO.

### 6.1 O perfil dos jovens egressos dos cursos do PRONATEC

Tendo como objetivo geral analisar a contribuição do Pronatec na inserção no mercado de trabalho e vida dos egressos, fez-se necessário compreender quem são estes egressos. Para isso, elegeu-se como um dos objetivos específicos Identificar o perfil dos egressos dos cursos selecionados.

Para identificar o perfil dos egressos, partiu-se das informações disponíveis nas fichas de matrículas através do SISTEC. Aqui são apresentadas as porcentagens referentes a idade, ao sexo, estado civil, etnia e escolaridade. Na tabela 1, “Egressos por faixa etária”, os dados apresentados são referentes aos números de egressos por faixa etária.-.

**Gráfico 1 - Faixa etária**



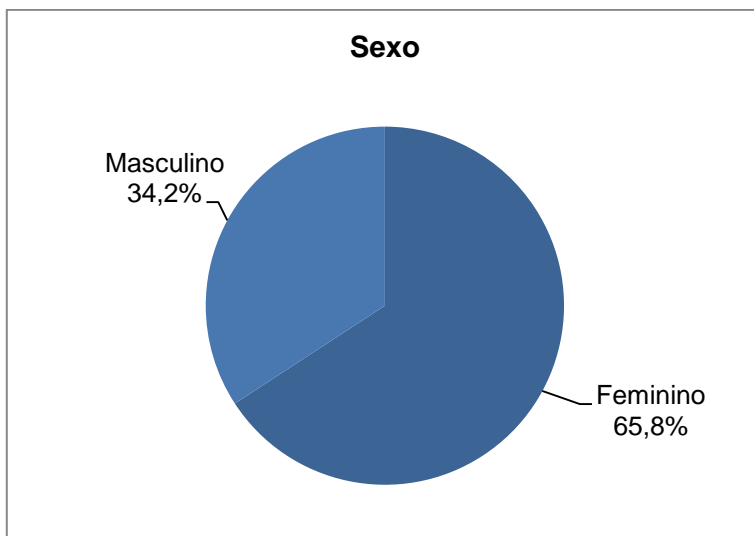
Fonte: Elaborado pela autora.

É possível identificar a procura do público jovem à busca por capacitação através dos cursos FIC. Constatou - se que jovens com 18 anos de idade têm



procurado os cursos do Pronatec, aproximadamente 34,0% dos entrevistados. Contudo a maioria do público que buscou essa capacitação está entre os 19 e 30 anos de idade, sendo representado por 51,6% do total dos entrevistados. Seguindo com 13,5% a minoria com idade acima dos 31 anos.

**Gráfico 2 – Sexo**

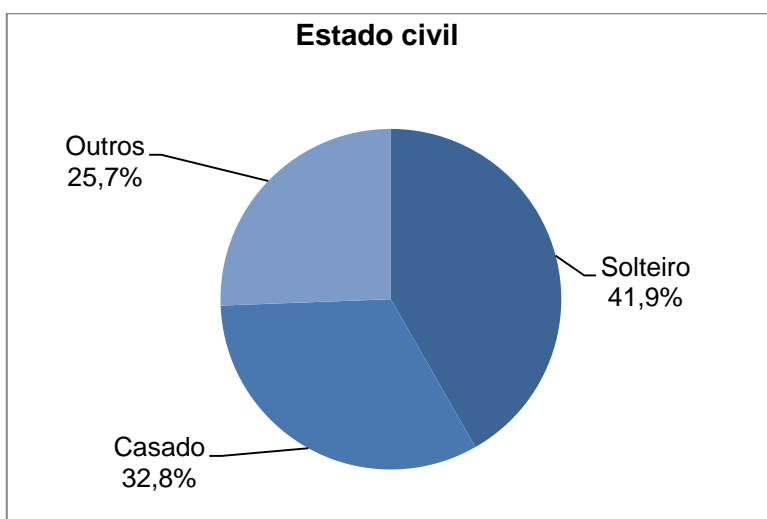


Fonte: Elaborado pela autora.

Constatou-se que dos 04 cursos pesquisados, 02 são frequentados pelo público masculino. Contudo quem teve maior índice de concluintes foi o público feminino.

Comparando a uma pesquisa realizada pelo INEP mostrou que o número total de matrículas no Brasil, 56,7% foi do sexo feminino. Ainda de acordo com a pesquisa 62% das mulheres frequentam a educação profissional (BRASIL, 2018).

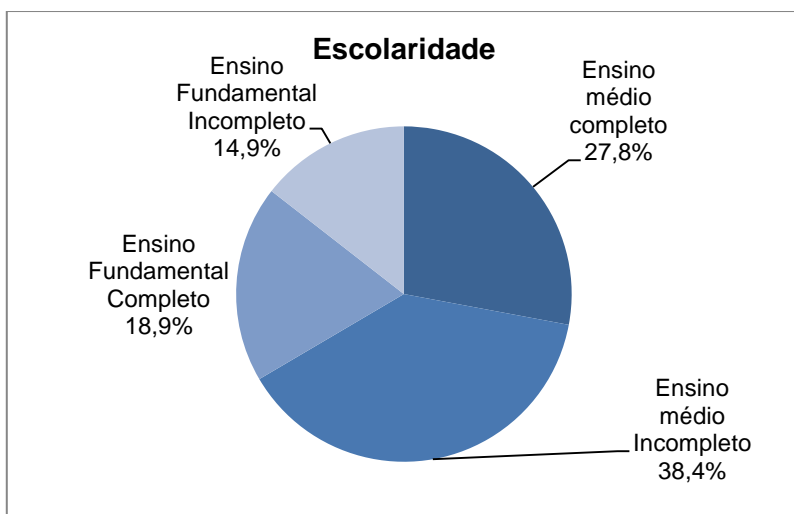
**Gráfico 3 - Estado Civil**



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere à declaração do estado civil nas fichas de matrículas, havia três possibilidades: solteiro, casado e outro. Conforme dados 41,9% dos egressos declararam-se solteiros, 32,8% casados declararam-se e 25,7% declaram-se ter outro estado civil.

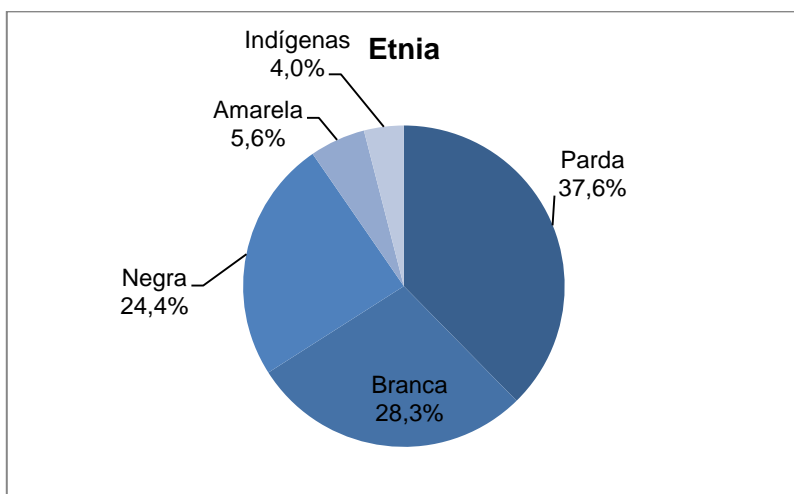
**Gráfico 4 - Escolaridade**



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à escolaridade, foi possível analisar o nível de formação destes egressos. Observou-se que dentre os egressos, 38,4% declarou esta cursando o ensino médio, 27,8% concluído ensino médio, 14,9% não havia concluído o ensino fundamental. Percebeu-se que a maioria dos egressos que buscaram os cursos ofertados pelo Pronatec já havia concluído o ensino médio ou estava cursando o ensino médio.

**Gráfico 5 - Etnia**



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à etnia, ao analisar as fichas de matrícula percebeu que a maioria dos egressos se declarou pardos, 37,6% no total, 24,4% se declararam pretos e 28,3% se declararam brancos.

Comparando a uma pesquisa realizada pelo INEP, no Brasil a educação profissional, das 1,3 milhões de matrículas com cor/raça declaradas, existe um equilíbrio entre o número de matrículas de brancos e de pretos/pardos, representando, respectivamente, 48,3% e 50,5% das matrículas.

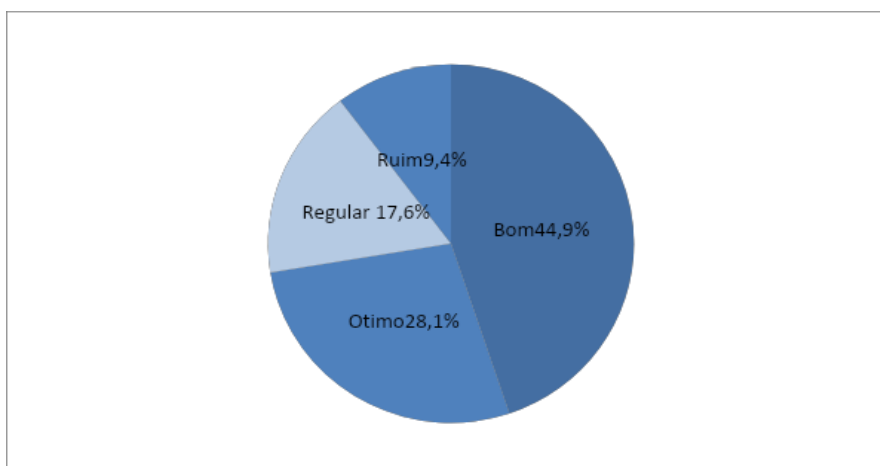
No entanto, quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de brancos (55,8%) na educação profissional concomitante, assim como de pretos/pardos (84,2%) na EJA profissional de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (FIC), em que estes representam 62,5% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas representam apenas 1,2% da matrícula total (INEP,2018).

## **6.2 A avaliação dos egressos em relação aos cursos ofertados pelo PRONATEC**

Nas questões apresentadas no roteiro da entrevista solicitamos aos egressos avaliar o que eles consideraram como pontos negativos e positivos, explanando acerca da infraestrutura do local, equipamentos, instrutores e metodologia aplicada. Permitindo mostrar a avaliação do egresso com relação aos pontos mencionados, com esta avaliação observou-se a importância em ofertar uma educação com qualidade, pois é um conjunto para a execução do Programa.

Os egressos consideraram como pontos positivos a metodologia aplicada, infraestrutura do local de realização do curso e instrutores, mas também apontaram como pontos negativos a falta de equipamentos e materiais, principalmente no curso de costura para a realização das aulas práticas.

Do total dos entrevistados, 44,9% dos egressos pesquisados classificaram a qualidade dos cursos como “bom” e que a didática aplicada teve proveito no aprendizado, 28,1% responderam que foi “Ótimo”, e 17,6% responderam que foi “regular” e 9,4% responderam “ruim”.

**Gráfico 6 – Avaliação dos cursos Pronatec**

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao que consideraram como pontos negativos e positivos responderam da seguinte forma, conforme quadro abaixo:

**Quadro 3 - Depoimentos relacionados aos pontos fortes e fracos do curso na percepção do egresso.**

Pontos fortes	Pontos Fracos
Considero que as aulas teóricas foram boas e as práticas também, (Egresso 3)	“Poucos equipamentos e nem todos podiam acompanhar” (Egresso 1).
“Tínhamos um bom relacionamento em sala de aula com os professores, sempre disposto a ajudar (Egresso 9).	[...] mas a falta de equipamentos para aulas prática dificultou no aprendizado (Egresso 3).
“Além da capacitação profissional, recebemos um auxílio que ajudou muito (Egresso 8).	“Acho que o curso poderia ter sido melhor, percebi algumas falhas na didática aplicada poderia melhorar a forma de ensinar “(Egresso 4).
“Quanto ao local de realização dos cursos não tenho que reclamar, realizados em sala climatizadas” (Egresso 10).	“A busca do aluno é sempre um ensino de qualidade, com profissionais preparados. Pude observar muitas falhas no decorrer do curso, uma delas é a falta de matérias para aulas práticas. Tínhamos a teoria, mas na hora da prática não tinha equipamentos suficientes para realização e nem todos conseguiram acompanhar “(Egresso 6).
“Os materiais distribuídos para a gente dava pra acompanhar o professor (a). O conteúdo estava expresso de forma fácil e não dificultava o entendimento do assunto” (Egresso 5).	

<p>“o curso contribuiu muito para meu crescimento profissional (Egresso 11)”.</p>	
---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Os demais egressos mencionaram como ponto forte o local de realização dos cursos, o relacionamento com os instrutores, a metodologia aplicada e como ponto fraco a falta de recursos necessários para melhorias das aulas, pois nem todos tinham acesso ao uso do equipamento.

O Pronatec não está somente voltado a realidade de seu público-alvo, a formação ofertada pela Instituição deve atender às exigências do mercado, tendo todo o preparo em sala de aula.

Para Trogiani, (2012, p. 35) a própria dinâmica do dia a dia do público-alvo descreve dificuldades para optar por uma oferta de qualificação mais consistente e de maior duração – com alto risco de evasão maciça de alunos, ou por de rápida duração, porém com efeitos ainda mais limitados de cumprir a meta de inserção no mercado.

A partir da fala dos egressos, foi possível identificar elementos que podem ser pensados sobre a evasão dos cursos.

Na implementação do Pronatec de acordo com Costa 2014, p. 294, os professores foram orientados quanto à didática aplicada sendo revisto sob ótica do público-alvo de baixa renda e escolaridade, o que requereu um esforço de adaptação das instituições que ministram os cursos.

Quanto aos instrutores não houve reclamações e foi colocado como ponto positivo na avaliação por parte dos egressos.

De acordo com Freire (1996), o desenvolvimento das aulas está pautado na relação que o educador estabelece com seus alunos, respeitando a dignidade, autonomia e identidade do educando neste processo.

### **6.3 A contribuição do PRONATEC na vida e inserção dos egressos no mercado de trabalho**

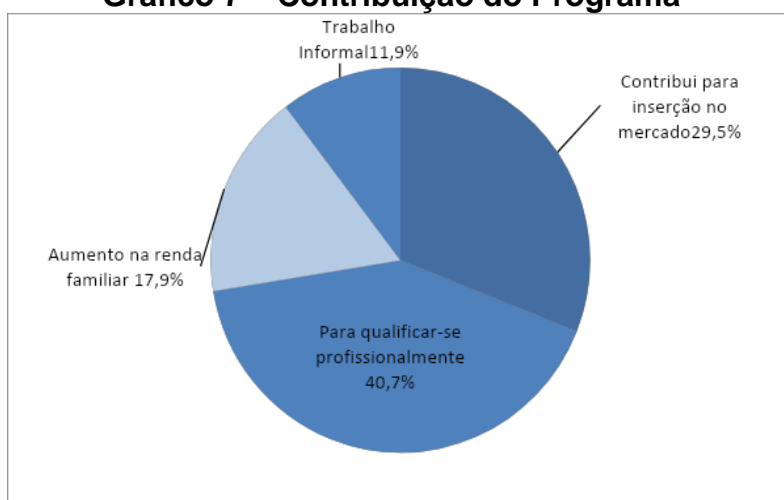
Considerando que um dos objetivos do Programa é estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de emprego e renda, buscou-se saber a contribuição do programa quanto à inserção no

mercado e na vida dos egressos (Lei 12.513, 2011).

A qualificação se faz necessária para o futuro do trabalhador, ou mesmo aquele que já esteja atuando no mercado de trabalho, não perca o espaço e oportunidades em função da formação e qualificação.

Para os egressos mesmo que tivessem ou não empregados, a capacitação oferecida pelo curso contribui de alguma forma para o desenvolvimento profissional e pessoal, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 7 – Contribuição do Programa**



Fonte: Elaborado pela autora.

Das respostas obtidas percebeu-se que 29,5% indicaram que o curso contribui na inserção no mercado de trabalho; 40,7% relataram que o curso contribuiu apenas para qualificar-se profissionalmente; 17,9% relataram que teve o aumento da renda familiar e 11,9% relataram que trabalha informalmente.

Declarou um dos egressos do curso de maquiador: “Através das técnicas que adquirir durante o curso de maquiador possibilitou eu ter uma renda extra em casa” (Egresso 1).

Neste caso, além de está empregada, o curso de qualificação profissional possibilitou o aumento da renda familiar prestando serviços no lar. Ao ser questionado sobre a escolha em fazer o curso, a resposta: “Vi como uma oportunidade de aprimorar meus conhecimentos e aprender algo novo”.

Esta fala demonstra que muitas pessoas estão em busca por uma qualificação contínua, como forma de ampliar seus conhecimentos.

Em outro momento declarou o egresso do curso de Costureira: “Estou desempregada, tenho filhos busquei me qualificar pensando em inserir no mercado, através da qualificação profissional ganho meu sustento fazendo pequenos

consertos em casa. O curso serviu como uma porta para eu trabalhar pra mim mesmo”. (Egresso 2).

Sendo assim, os trabalhadores desligados do trabalho formal, na situação de desempregados estão procurando inserir no mercado trabalho informais através dos cursos de qualificação profissional.

Outro egresso do curso de maquiador em resposta disse: “O curso foi bom, mas ainda não consegui emprego, estou à procura também, não necessariamente na área do curso, mas em outra também”.

Ao colocar a questão da inserção no mercado através do curso. Um dos egressos do curso de maquiador disse: “Os cursos ofertados pelo Pronatec é uma oportunidade para quem quer inserir e reinserir no mercado de trabalho, mas a questão é que está difícil encontrar emprego. A formação profissional hoje ela pode te ajudar a conseguir emprego mais não te garante ele” (Egresso 3).

Através deste relato observou-se que na visão do egresso a qualificação não garante a vaga no mercado de trabalho, e sim, a possibilidade de inserção em um País de competitividade contínua. Trazendo para realidade as empresas está em busca de pessoas qualificadas para prestarem seus serviços com qualidade em meio a tantas inovações, o preparo para o mercado é importante.

Em suas falas, os entrevistados contemplaram que o curso do Pronatec trouxe algum benefício por ocasião de sua realização, seja no interesse de trabalho informal como no caso do (Egresso 1), relata: “ O curso possibilitou eu ter uma renda extra; seja na importância para vida pessoal, inclusão social, economicamente, ocupacionais de espaços no mercado, tudo contribui.

Dentre os egressos a maioria compartilhou mudanças após a realização do curso. Já outros não viram tanta importância nos cursos ofertados. Em relato: “Apenas com ensino médio completo, sem conhecimento em outra área, desempregado e com filhos para criar, encontrei no curso de qualificação profissional a chance de começar a pensar em algo melhor. Tenho buscado novos conhecimentos e oportunidades. E o curso me proporcionou isso”. (Egresso 4).

Após realizar o curso de maquiador (Egresso 5), “Consegui um emprego na área, um curso excelente que me proporcionou a chance de conseguir um emprego”. A área da beleza tem crescido muito e com esse ritmo de crescimento tem gerado oportunidades para quem fez o curso.

O trabalho, a educação, a saúde, a alimentação, entre outros, é um direito

social inerente a todo cidadão brasileiro conforme expresso no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

Diante do exposto, reside a contribuição do Pronatec à sociedade o ingresso ao mercado de trabalho: a possibilidade da diminuição de desigualdades ao investir em determinada população como forma de universalizar direitos constitucionalmente estabelecidos, como a educação e o trabalho.

Vale ressaltar que o governo federal em parceria com o Ministério do trabalho, oportunizou ao trabalhador desligado do mercado a oferta de cursos de qualificação profissional para sua reinserção no mercado de trabalho.

#### **6.4 A visão do coordenador (a) da Instituição sobre a importância da implementação das políticas públicas voltadas ao ensino técnico e profissionalizante.**

Na entrevista com a coordenadora dos cursos Pronatec foi colocado em questão a sua visão sobre a importância de implementar políticas públicas de educação técnica e profissional, de início em sua fala pontuou a seguinte questão: “visamos a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas a educação de ensino técnico e profissional, vivemos em um País de constante inovações tecnológicas e no mercado, torna-se importante o comprometimento do Estado e da sociedade em transformar a realidade por meio de políticas e parcerias”.

Ainda em sua fala sobre o Programa: “o Pronatec é um Programa de grande valia, pois o governo juntamente com parcerias da rede pública e privada tem trabalhado para o desenvolvimento e crescimento de Jovens Adultos e Trabalhadores, não apenas no município de Palmas - TO, mas em outros Estados.

Pode-se dizer que é todo um conjunto que envolve apoio de todos os envolvidos, visando a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino; a ampliação de oportunidades educacionais aos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Na cidade de Palmas – TO, tem um grande número de jovens, adultos e trabalhadores que veem no programa uma oportunidade de qualificar-se e inserir no mercado de trabalho, a busca pelos cursos quando divulgados nos mostra que existem pessoas que querem crescer na vida e encontram nos cursos de qualificação a chance de desenvolver suas habilidades de frente ao mercado. Os



cursos de qualificação profissional fazem com que se tornem empreendedores de seu próprio negócio, gerando emprego e renda”. (Coordenadora da área de ensino técnico e profissionalizante).

Outro ponto importante que citou: “é o acompanhamento das ações e programas implementadas pelo governo, assim, podemos ver os possíveis impactos efetivos ou não do Programa”.

A entrevistada finalizou sua fala frisando que um dos objetivos do programa é estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Como coordenadora de um programa voltado à educação e trabalho, o aluno deve ter o acompanhamento do ingresso no curso até sua inserção no mercado, mostrando ao seu público - alvo e a sociedade a importância da implementação de políticas públicas de educação profissional e eficácia em seus resultados.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica é um avanço importante, no âmbito das recentes políticas públicas. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC consistiu em uma política pública com objetivo de articular a educação profissional com ações de desenvolvimento nacional sustentável e orientar para a formação de jovens, adultos e trabalhadores de baixa renda, de forma que os mesmos possam exercer a cidadania, bem como, inserirem-se de forma qualificada no mercado de trabalho. Para tanto, fez necessário voltar ao contexto histórico da educação profissional no Brasil e entendermos a evolução e trajetória como política pública.

Pode-se considerar que no Brasil, a Educação Profissional no Brasil, teve seu início com o Decreto 7.566, 23 de Setembro de 1909, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha (Brasil, 1909), foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices, em cada Capital dos Estados da República, com o objetivo de formar operários, mostrando-se o ensino prático e técnico aos menores que pretendiam aprender sobre ofício.

O Pronatec é considerado como uma política pública do Governo Federal foi criada com o objetivo de qualificar jovens e trabalhadores, visando à educação e trabalho. O Programa expandiu-se rapidamente com a oferta de cursos nas redes federais, estaduais, municipais e privadas, atingindo oito milhões de brasileiros entre os anos de 2011 e 2015.

Diante disto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a contribuição do Programa na vida e inserção dos egressos no mercado de trabalho, enquanto política pública constatou-se que o Programa possibilitou a inserção no mercado de trabalho dos alunos egressos dos cursos FIC, beneficiados pelo Programa. Nos objetivos específicos foi possível identificar o perfil dos egressos, constatou-se a prevalência do público jovem e solteiro na busca pelos cursos FIC, egressos na cor parda e que estavam cursando ou haviam concluídos o ensino médio. Os egressos avaliaram os cursos como bom, e fizeram suas colocações quanto aos pontos fortes e fracos. Constatou-se que teve algumas deficiências a falta de equipamento para aulas práticas, relatos dos egressos do curso de costura. A visão do gestor(a) que esteve de frente desta política pública, constatou-se nos depoimentos que a implementação das políticas públicas para o ensino profissional e técnico, se torna

de grande valia para o fortalecimento da educação e trabalho. O Pronatec em sua execução beneficiou muitos jovens, adultos e trabalhadores que estavam em busca de aperfeiçoamento e crescimento em alguma área de formação, os cursos de Formação Inicial e Continuada traz o preparo básico de quem busca inserir no mercado, seja no mercado formal, ou até mesmo em abrir seu próprio negócio. Houve relatos de egressos do curso de costura e maquiador (a) que abriram seus próprios negócios em casa, e que consideraram como uma renda extra.

E, por fim conclui-se que o Pronatec, enquanto política pública, instituída com o intuito de qualificar jovens e trabalhadores para o mercado de trabalho, criando oportunidades e promovendo o preparo e inclusão dos beneficiários, foi efetivo em contribuir na inserção no mercado de trabalho, 29,5% no trabalho formal, seguindo de 11,9% no trabalho informal, totalizando 41,4% de empregados após a conclusão do curso. Os resultados sugeriram também que o Programa contribui para o aumento da renda e para o preparo aos egressos que ainda buscam ingressar no mercado.

É de importância lembrar que houve uma grande dificuldade na localização dos egressos. Na realização desta pesquisa, partindo de um total de 70 fichas de matrículas entre os anos 2017 e 2018, 29 jovens foram localizados e se disponibilizaram participar da entrevista. Assim, as entrevistas com tais egressos corresponderam a uma amostra pequena.

Recomenda-se que sejam realizados estudos mais aprofundados para se comprovar a efetividade do Programa, uma vez que amostra é pequena considerando abrangência do Programa no País.

## 8 REFERÊNCIAS

**Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)> Acesso 15 de outubro de 2019.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Pronatec.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em outubro 2019.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1998.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)> Acesso em de novembro de 2019.

BARROS, Jussara de. **Qualificação Profissional.** Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/qualificacao-profissional.htm>> Acesso em 20 de novembro 2019.

BRASIL, p. **PRONATEC.** Disponível em:< <http://seduc.to.gov.br/pronatec/>> Acesso em 12 de novembro de 2019.

BRASIL. **Portaria 817 de 13 Dezembro de 2015. Bolsa-formação.** Disponível em : <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql\\_tipo=POR&num\\_ato=00000817&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2015&sql\\_orgao=MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql_tipo=POR&num_ato=00000817&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sql_orgao=MEC)> Acesso 22 em Junho de 2019.

BRASIL. GUIA PRONATEC DE Cursos FIC. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/pronatec>> . Acesso em 22 de Dezembro de 2019.

BRASIL. **GUIA PRONATEC DE CURSOS TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>> Acesso em 22 de Janeiro de 2020.

DECRETO Nº 6.302 DE DEZEMBRO DE 2007. **Institui a Rede e-Tec Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm) > Acesso em 19 de Janeiro em 2019.

DINIZ, Lumara. **A importância de se qualificar.** Disponível em Portal Educação: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/a-importancia-de-se-qualificar/34288>> Acesso em 8 de Dezembro de 2019.

JOSE, Diogo. **Qualificação profissional: sua relevância como ferramenta de desenvolvimento da carreira.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/qualificacao-profissional-sua-relevancia-como-ferramenta-de-desenvolvimento-da-carreira/61088/>> Acesso em 15 de Fevereiro de 2020.

LEI Nº 12.513 DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm) Acesso em 20 Dezembro de 2019.

LIMA, André Felix. **Políticas Públicas para juventude: o pronatec como instrumento de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho**. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2006/4/Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20para%20a%20juventude%20o%20PRONATEC%20Artigo%202015.pdf> Acesso em 15 de Janeiro de 2020.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANANIAS, Lucas Andrade. **O significado do curso PRONATEC e a inserção no mercado de trabalho do jovem egresso no programa**. Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2015.

FONSECA, Laura Souza. **Reestruturação produtiva, reforma do estado e formação profissional no início dos anos 1990**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Org.). **A formação do cidadão produtivo: A cultura do mercado do ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. **Ensaio: Políticas Públicas em Educação**, RJ. v. 6, n. 20, p. 365-384. jul./set. 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo – SP: Atlas, 1987.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em : 05 dezembro 2019.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

Secretaria do Estado do Tocantins – SEDUC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em : <https://seduc.to.gov.br/pronatec/Acesso>: Janeiro de 2020.

## APÊNDICE

## Apêndice A – Instrumento de coleta de dados

### ROTEIRO DA ENTREVISTA

Caro participante, esta pesquisa é parte integrante do trabalho de TCC intitulado: A contribuição do Pronatec na inserção no mercado de trabalho e vida dos egressos dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados pela Secretaria da Educação no Tocantins no município de Palmas – TO. Tem a finalidade de mostrar a contribuição do programa após a conclusão do curso diante do mercado de trabalho e sua vida. Esclareço que sua identidade não será divulgada. Desde já agradeço pela colaboração.

1.Quanto aos cursos ofertados pelo Programa, quais seriam os pontos positivos e negativos dos cursos ofertados? *\*Falar verbalmente*

2. Qual a avaliação quanto aos cursos ofertados? *\*Falar verbalmente*

3. Qual a contribuição do programa para inserção no mercado e sua vida?  
*\*Falar verbalmente*

4. Como coordenadora do Programa qual a importância da implementação de políticas voltadas ao ensino técnico e de qualificação profissional? *\*Falar verbalmente*